REQUERIMENTO Nº 35 /2026

ASSUNTO: SOLICITA INFORMAÇÕES AO PODER EXECUTIVO ACERCA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ATENDIMENTO, ACOMPANHAMENTO E PROTEÇÃO ÀS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR, ESPECIALMENTE AQUELAS AMPARADAS POR MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA.

Senhor Presidente,

REQUEIRO, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal para que, por intermédio das Secretarias competentes, encaminhe a esta Casa de Leis as seguintes informações:

DOS QUESTIONAMENTOS

1. Quantas mulheres residentes no Município de São Pedro encontram-se, atualmente, amparadas por Medidas Protetivas de Urgência expedidas pelo Poder Judiciário?
2. Existe protocolo ou fluxo de atendimento integrado entre as Secretarias Municipais, a Guarda Civil Municipal, as forças de segurança pública e a rede de proteção à mulher para o acompanhamento dessas vítimas? Em caso positivo, encaminhar cópia do referido protocolo.
3. O Município dispõe de equipe técnica destinada ao acompanhamento psicossocial dessas mulheres? Em caso afirmativo, informar quais profissionais compõem a equipe, a forma de atendimento e a quantidade de mulheres atualmente assistidas.

4. O Município oferece atendimento psicológico, social e orientação jurídica às mulheres vítimas de violência doméstica? Informar como é realizado esse atendimento.

5. Existe abrigo institucional, casa de acolhimento ou convênio com entidades para acolhimento emergencial de mulheres em situação de risco iminente? Em caso positivo, informar sua estrutura e capacidade de atendimento.

6. Existe programa específico voltado ao encaminhamento dessas mulheres ao mercado de trabalho, cursos de qualificação profissional ou ações que promovam sua autonomia financeira?

7. A Guarda Civil Municipal realiza algum tipo de acompanhamento ou fiscalização do cumprimento das Medidas Protetivas de Urgência? Em caso positivo, informar como ocorre esse acompanhamento.

8. Existe no Município programa semelhante à Patrulha Maria da Penha ou outro mecanismo específico de monitoramento das mulheres protegidas por decisão judicial? Em caso positivo, informar sua forma de funcionamento.
9. Quais recursos financeiros foram destinados, nos exercícios de 2024, 2025 e 2026, para políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher? Informar a origem dos recursos (municipais, estaduais e federais).
10. O Município promove campanhas educativas permanentes de prevenção e combate à violência doméstica e familiar? Em caso afirmativo, informar as ações desenvolvidas.
11. Existe algum dispositivo de segurança, botão de emergência, aplicativo ou outro sistema tecnológico implantado pelo Município destinado a

facilitar o acionamento imediato dos órgãos de segurança pelas mulheres vítimas de violência doméstica e familiar?

12. Em caso afirmativo ao item anterior, referido dispositivo ou aplicativo está disponível para todas as mulheres residentes no Município que possuam Medida Protetiva de Urgência vigente expedida pelo Poder Judiciário? Caso contrário, informar quais são os critérios utilizados para sua disponibilização.

JUSTIFICATIVA

O presente requerimento tem por finalidade permitir que o Poder Legislativo exerça sua função constitucional de fiscalização das políticas públicas voltadas à proteção das mulheres vítimas de violência doméstica e familiar.

A violência contra a mulher continua sendo uma das mais graves violações de direitos humanos em nosso país. A concessão de Medidas Protetivas de Urgência representa um importante instrumento jurídico de proteção, porém sua efetividade depende diretamente da atuação integrada dos órgãos públicos, da existência de protocolos eficientes, do acompanhamento contínuo das vítimas e da adoção de mecanismos que possibilitem resposta rápida diante de situações de risco.

Além disso, os avanços tecnológicos têm permitido que diversos municípios implantem aplicativos, botões de emergência e outros dispositivos de segurança que reduzem significativamente o tempo de resposta das forças de segurança, aumentando a proteção das mulheres amparadas por medidas judiciais. Conhecer se tais ferramentas existem em São Pedro, bem como verificar sua abrangência e acessibilidade, é fundamental para avaliar a efetividade da política pública municipal.

As informações solicitadas permitirão à Câmara Municipal conhecer a estrutura atualmente existente, identificar eventuais deficiências na rede de proteção, propor aperfeiçoamentos legislativos e acompanhar a correta aplicação dos recursos públicos destinados ao enfrentamento da violência contra a mulher.

Diante da relevância social do tema, espera-se o pronto atendimento ao presente requerimento.

Sala das Sessões, 25 de junho de 2026.

DU SOROCABA
VEREADOR – PL

Câmara Municipal de São Pedro
Numero de Protocolo 00938/2026
Requerimento Nº 35/2026
Data: 25/06/2026 Hora: 15:12
Autor: Carlos Eduardo Oliveira
Assunto: Solicito informações ao Poder Executivo acerca das politicas públicas de atendimento, acompanhamento e proteção as mulheres em situação de